

**“ESPAÇO DE EXPERIÊNCIA” E “HORIZONTE DE EXPECTATIVA” NA
NARRATIVA HISTORIOGRÁFICA DE COLEMAR NATAL E SILVA****“SPACE OF EXPERIENCE” AND “HORIZON OF EXPECTATION” IN
HISTORIOGRAPHIC NARRATIVE BY COLEMAR NATAL E SILVA**

152

Rogério Chaves da Silva
Doutor em História pela UFG
Docente do IF Goiano/Campus Avançado Hidrolândia
rcmcbr@gmail.com

Resumo: O escopo desse texto é refletir sobre a forma como Colemar Natal e Silva ordenou o tempo histórico em sua obra *História de Goiás*, tendo como operadores teóricos as categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” desenvolvido pelo teórico alemão Reinhart Koselleck (2006). Pretendo, portanto, analisar como esse estudioso goiano, ao investigar os fenômenos históricos da região (Goiás), estabeleceu relação entre um certo “passado a ser resgatado” como um determinado “futuro esperado”, ou como ressaltou Koselleck, entre experiência e expectativa.

Palavras-chave: Colemar Natal e Silva, Koselleck, Espaço de Experiência, Horizonte de Expectativa, História de Goiás.

Abstract: The article aims to reflect on how Colemar Natal e Silva ordered historical time in his work *History of Goiás*, having as theoretical operators the categories of “space of experience” and “horizon of expectation” developed by the german historian Reinhart Koselleck (2006). Therefore, I intend to analyze how this Goian scholar, when investigating the historical phenomena of the region (Goiás), established a relationship between a certain “past to be rescued” as a certain “expected future”, or as Koselleck pointed out, between experience and expectation

Keywords: Colemar Natal e Silva, Koselleck, Space of Experience, Horizon of Expectation, History of Goiás.

Considerações iniciais: um brevíário biográfico

A vida de Colemar Natal e Silva ficou marcada por uma intensa atuação no campo da cultura em Goiás. Um depoimento do escritor José Mendonça Teles, fixado é claro por referências elogiosas típicas das ocasiões comemorativas, talvez consiga epilogar o que foi a vivência intelectual desse “paladino da cultura¹” no estado:

¹ Expressão cunhada pelo escritor Bernardo Élis (OLIVAL, 2007).

Colemar foi o último Dom Quixote da saga dos sonhadores e construtores de Goiânia. Como Pedro Ludovico, como Venerando de Freitas Borges, morreu pobre de bens materiais. Deixou o nome no bronze da história. [...] Colemar Natal e Silva viveu intensamente Goiás. Com ele fecha-se o último capítulo da história pioneira de Goiânia. Foi um homem de pensamento e ação. **Não há, em Goiás, nenhuma entidade cultural que não tenha sido fundada por ele ou que não tenha recebido o calor de suas idéias-força**². Foi um sonhador, o plantador da imensa árvore cultural que sombreia todos os horizontes do Centro-Oeste. Foi um autêntico semeador de futuro (TELES, 2007, p. 15)

Investigando, ainda que concisamente, os caminhos que compõem a sua trajetória pessoal³, percebemos o quão Natal e Silva foi atuante política, intelectual e culturalmente falando. Nascido em São José do Tocantins, atual Niquelândia, estado de Goiás, em 24 de agosto de 1907, Colemar Natal e Silva era filho Marcelo Francisco da Silva, juiz e deputado federal, e de Eurídice Natal e Silva. Fez os estudos primários com sua genitora, escritora que fundou, em 1904, a Academia de Letras de Goyaz, entidade refundada, em 1939, pelo próprio Colemar como Academia Goiana de Letras (AGL), onde foi presidente (1939-1947). Estudou no Lyceu de Goyaz e, posteriormente, ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, onde fundou o Centro Goiano, agremiação que reunia os goianos que estudavam na capital federal. Quando estudante, integrou a Comissão diretora da frente democrática estudantil que defendia a Aliança Liberal. Foi redator da Revista *A Informação Goyana* e colaborador de *O Jornal do Brasil*, de *O Jornal do Comércio* na seção de História. Durante sua estada em terras fluminenses conviveu com Ramiz Galvão, Afonso Celso, Capistrano de Abreu, Max Fleiuss, Rodolfo Garcia, Américo Lacombe. Regressou a Goiás em 1930. Ocupou a cadeira de História de Goiás da Escola Normal e lecionou no Lyceu de Goiaz. Foi Promotor Público, Secretário de Interior e Justiça e Procurador Geral de Justiça. Foi um dos fundadores do Instituto dos Advogados de Goiás (IAG) e do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), casa a qual presidiu por 42 anos (de 1933-1956 e de 1973-1992). Participou da Comissão designada por Pedro Ludovico para escolher o local para a edificação de Goiânia. Constituiu-se no principal articulador da luta pela fundação da Universidade Federal de Goiás no início

² Grifos nossos.

³ Informações estas baseadas em Olival (2007, p. 80-81) e em Teles (1999, p. 187).

Building the way

dos anos 1960, tendo sido o primeiro reitor. Em 1976, tornou-se sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Faleceu no dia 23 de fevereiro de 1996.

Observando as informações consignadas até aqui, é possível, no mínimo, suspeitar que Colemar estabeleceu uma ligação intelectual com o IHGB, até porque esse elo, certamente, foi sedimentado nas mais de quatro décadas em que presidiu o IHGG. Apesar desse indício extraído a partir de dados biográficos, pretendemos demonstrar que o “fazer histórico” de Colemar Natal e Silva seguiu, em linhas gerais, os mesmos moldes dos historiadores autodidatas que militaram em Goiás nessa primeira fase da historiografia no novecentos.

Para tal, carregamos ao bojo dessa análise sua famosa *História de Goiás*, escrita em fins dos anos 1920, quando ainda era estudante de Direito no Rio de Janeiro. A primeira edição desse texto, publicada em dois volumes (pela editora *Borsoi & Cia*), data de 1932 e teve prefácio assinado por Conde de Afonso Celso, que havia sido professor de Colemar na Faculdade de Ciências Jurídicas e, naquela época, era presidente do IHGB. A obra teve nova edição em 1979 (pela editora Líder), também em dois volumes, e foi novamente prefaciada por um presidente do Instituto, na ocasião, Pedro Calmon. A terceira edição (via AGEPEL), que praticamente resguardou o conteúdo das anteriores, foi publicada no ano de 2002 em um único volume. Desta vez, o prefácio ficou ao encargo do professor da UFG, à época, presidente da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico (AGEPEL), o historiador Nasr F. Chaul. Malgrado tenha sido editada por três instituições/empresas diferentes e em períodos históricos distintos, as edições conservaram⁴, em grande parte, o conteúdo do texto publicado em 1932, até por isso, julgamos não haver “armadilhas” em utilizarmos a última versão.

Desvelando concepções de História em Natal e Silva

História de Goiás, de Natal e Silva, consiste numa narrativa essencialmente factual, de encadeamento cronológico⁵, voltada para os eventos político-

⁴ Até alguns problemas na editoração, relacionados aos capítulos VIII, IX e X (em que os subtítulos não coincidem com o conteúdo narrado), foram repetidos nas três versões.

⁵ Ainda em 1922, o IHGB norteava muitas de suas publicações a partir dessa perspectiva cronológica, herdada da produção do oitocentos. Segundo Noé Sandes, por ocasião do Centenário da Independência, o instituto publicou várias conferências sobre o movimento de emancipação política, reunidas sob o título *O anno da independência*, em que “buscou-se fixar uma cronologia em torno da independência e os conferencistas debruçaram-se sobre cada

Building the way

administrativos que ocorreram na história da região, especialmente, no século XVIII⁶. O texto que preludia a obra, intitulado “A Função da História”, é muito profícuo para compreendermos a concepção de História do autor e, ao mesmo tempo, para percebemos como sua postura inicial se difere da forma como foi conduzido o restante da narrativa. Isso porque o Colemar, dessa introdução, que dá muita voz a si, como sujeito cognoscente, vai sendo, gradativamente, abandonado em favor de um historiador que empresta maior visibilidade as informações extraídas das fontes consultadas. Nesta seção, Natal e Silva apresenta sua perspectiva, ao mesmo tempo “clássica” e “moderna”, de História. “Clássica” porque enxerga os fenômenos pretéritos como um cenário úbere em exemplaridade e acredita que o conhecimento sobre eles pode servir como um instrumento de orientação. “Moderna” porque, além de estar fitado no futuro, credita no método o meio seguro de se encontrar a “verdade dos fatos”:

Desde que o conhecimento das coisas passadas, no curso evolutivo das fases da existência social humana, nos trás de volta com as mais preciosas fontes de cultura e compreensão dos fatos e das eras, a clareza necessária para ligá-las a antever sua evolução para o futuro. A história é, e não podia deixar de ser um dos guias mais seguros aos que mergulham nos tempos, à busca da verdade dos acontecimentos, em quaisquer esferas da atividade humana. Mais do que nunca, então, faz-se mister, para alcançar o futuro, rebuscar o passado (NATAL E SILVA, 2002, p. 23)

[...]

A aplicação dos métodos científicos, a par da exatidão absoluta dos fatos mencionados, eis, o que, hoje mais de que nunca, nos leva a crer, a História uma ciência. [...] Na História é assim: a glória da descoberta de uma verdade, oculta, geralmente, o máximo do esforço para obtê-la (NATAL E SILVA, 2002, p. 27 e 30)

Na sua exposição, o papel do historiador, à semelhança dos “metódicos”, seria o de desvelar a “verdade histórica” a partir da exploração do material das fontes. Por meio da pesquisa e de sua escrita, o historiador teria a função de coordenar os fatos, de dar harmonia e homogeneidade aos eventos pretéritos que se encontram esparsos na documentação:

episódio selecionado” (SANDES, 2000, p. 87). Essa ordenação linear do tempo histórico, para Sandes, representava uma tentativa encaminhar a independência como um “movimento ascendente”, o qual amadurecia apontando para a “criação de uma nova nacionalidade” (SANDES, 2000, p. 178).

⁶ O único capítulo em que extrapola essa delimitação temporal foi naquele em que trata, especificamente, sobre os índios em Goiás, abarcando fenômenos desde 1725 a 1929.

[...] o da harmonia de exposição e da harmonia nos próprios fatos. Cada uma dessas faces é para o historiador uma soma de dificuldades diversas. A homogeneidade, ele não a encontra, geralmente, nos acontecimentos isolados. Tem de fazê-la. Sua ação é para os outros estudiosos que se servem de seu trabalho, um esforço ignorado. Nem por isso, deixa de ser muito grande. Na missão de coordenador de fatos, de eras e de épocas distintas, é que culmina a obra do historiador. É aí que a História faz dele o espírito do passado, para a compreensão do presente e para a decifração do futuro. [...] Depois de remover camadas e camadas de cinzas que séculos e séculos depositaram, - encontraram, na verdade histórica, o prêmio maior de seus esforços (NATAL E SILVA, 2002, p. 29 e 30).

A “grande ambição” de Natal e Silva, ao elaborar *História de Goiás*, era confeccionar uma “obra histórica definitiva”. Na historiografia europeia, esse tipo de pretensão historiográfica já havia sido alvo de críticas por parte de autores ligados ao historicismo alemão, notadamente, por Max Weber. Não obstante, o estudioso goiano acreditava que tal projeto só foi malogrado porque enfrentou questões objetivas da vida que o impediu de concluir, com êxito, essa obra definitiva:

A minha grande ambição seria deixar lançada a obra histórica definitiva sobre Goiás. Na absoluta impossibilidade que as circunstâncias me impõem e imporiam a quem quer que fosse, deixo aqui as suas bases, que ao futuro cabe ampliar. [...] Muitas e numerosas terão de ser por certo as lacunas encerradas em nosso Compêndio, organizado em meio de muitos outros trabalhos e de estudos para o último ano jurídico na Faculdade de Direito da Universidade (NATAL E SILVA, 2002, p. 31)

Aproveitando que se formava no centro político-intelectual do país e seguindo uma tradição emanada do Instituto Histórico, Colemar Natal e Silva peregrinou por arquivos de diferentes instituições e estados para encontrar documentos que subsidiassem sua escrita acerca da história goiana. Nessa empreitada, personalidades ligadas ao IHGB contribuíram para o projeto do estudioso goiano, à época, um acadêmico de Direito aficionado por História:

Os documentos sobre a História goiana, são além de muito raros, esparsos, e muitas vezes, contraditórios. Nos arquivos públicos de São Paulo e Belo Horizonte, no Instituto Histórico e Geográfico, onde encontrei duas grandes boas vontades, em duas notáveis competências: dr. Max Fleiuss e dr. Rodolfo Garcia, na Biblioteca Nacional, e no Arquivo Brasileiro, encontrei muito menos subsídios do que esperava e do que seria lícito esperar, em relação ao que há de outros Estados (NATAL E SILVA, 2002, p. 30-31).

Quanto às fontes pesquisadas fica patente que a documentação oficial, como cartas e provisões régias, cartas dos governadores da capitania, documentos legislativos, dentre outras, foi alvo privilegiado do faro historiográfico de Colemar. Além disso, publicações da RIHGB, a *Memória* de Silva e Souza, a *Chorographia* de Cunha Mattos e, especialmente, os *Annaes* de Alencastre foram textos muito visitados pelo “jurista-historiador”.

Embora, na narração histórica de Colemar, impere a estratégia descritiva sobre a analítica, fixada pelo zelo na apresentação da documentação histórica e pelo esforço em extrair as informações que ela poderia fornecer, encontramos vários excertos em que a narrativa se mostra repleta de elementos normativos, constituídos por verdadeiros julgamentos morais acerca de fatos, atitudes e comportamentos de sujeitos históricos ligados à história de Goiás. Essa postura de Natal e Silva pode ser compreendida a partir de um tipo de fazer histórico que opera, não só na dimensão metodológica, mas, fundamentalmente, na intersecção entre escrita da História e conformação identitária:

No signo feliz faria o governo de D. José de Vasconcellos, digno de aplauso unânime dos contemporâneos e da consagração posterior de todos os historiadores. Suas obras que a verdade recomeçou, a justiça mandar perpetuar como, senão a maior de todas, uma das maiores, teria de culminar, como culminou com um assunto importante e nunca dantes cogitado: - a instrução. [...] Goiás deve, pois, uma grande parte de sua grandeza. Foi o governo desse benemérito, Dom José a quem os goianos devem dar um pouco de seu espírito e de seu coração, mais popular de todos os governos da capitania (NATAL E SILVA, 2002, p. 334 e 335).

No tocante ao manuseio das fontes, um aspecto, em especial, merece anotação: a grande influência que os *Annaes da Provincia de Goyaz*, de José M. P. de Alencastre, exerceu na confecção de *História de Goiás* por Colemar Natal e Silva. O autor em pauta não somente acessou, em vários momentos, essa narrativa do oitocentos para elaborar citações, como também apropriou-se, na maioria dos capítulos, de alguns documentos históricos presentes no rosário de fontes contido no *Annaes*. E mais do que isso, a forma como estruturou seus capítulos, com certeza, foi inspirada na estrutura capitular construída por Alencastre, que consistia em breves

Building the way

subtítulos, de cunho factual, os quais eram desenvolvidos no transcorrer dos capítulos:

Capítulo III (1738-1742)

D. Luiz Mascarenhas sucede ao conde de Sarzedas – Sua ida a Goyaz – Instalação de Villa Boa – Medidas vexatorias – Hostilidades dos caiapós – Descobrimento de Amaro Leite – Viagem ao norte – Exploração do rio do Somno – Volta de Mascarenhas a Villa Boa – Morte de Bueno – Ingratidão do governo portuguez (ALENCASTRE, 1864, p. 74)

Capítulo III (1726-1742)

26. Administração de Goiás. Títulos recebidos por Bueno. Transcrição dos privilégios concedidos por D. Rodrigo César de Menezes – 27. Arraial de Sant'Ana. Criação da primeira vila em Goiás – 28. Desenvolvimento da população. – 29. Exploração do ouro. – 30. Criação dos registros à margem do Rio Guarani e em outras partes. – 31. Proibições vexatórias. – 32. Reunião da Junta destinada a estudar a produção das minas em Goiás. – 33. Segue para Goiás o Conde de Sarzedas. Tentativas para elevar Goiás a Capitania independente. – 34. Nova Junta. Conflitos. – 35. Descobrimento de minas no Governo de Sarzedas. – 36. Administração Sarzedas. Os companheiros de Bueno. – 37 – Bandeira de Urbano do Couto. Seus efeitos. Sua importância. – 38. O sucessor do Conde de Sarzedas. – 39. D. Luiz de Mascarenhas. Primeiros atos de sua administração. Vila Boa (NATAL E SILVA, 2002, p. 133)

Observando o conteúdo do terceiro capítulo de ambos os textos, fica perceptível a existência de dois exercícios de elaboração de uma história político-administrativa de Goiás, essencialmente episódica, nos moldes de uma crônica. Fica, igualmente, transparente que, embora as delimitações temporais e acontecimentos elegidos não coincidam na totalidade, os *Annaes* de Alencastre foi, particularmente, inspirador a Natal e Silva quando arquitetou *História de Goiás*. Além desses aspectos de forma e método, muitos julgamentos morais emitidos pelo ex-presidente da província de Goiás foram partilhados pelo historiador do novecentos em tela:

Quando o ministro assim se exprimia, queria principalmente referir-se ao governo do conde de S. Miguel. As suas prevaricações e as torpitudes praticadas pelos agentes fiscaes e auctoridades judiciárias, e o estado deplorável a que tinha sido levada a capitania depois de uma administração tão desmoralizador, aconselharam a nomeação de um governador enérgico e severo, que a males tão extremos oppôzesse extremos remedios (ALENCASTRE, 1864, p. 150)

[Sobre Conde de São Miguel] Pouco escrupuloso e ambicioso de riquezas tantas prevaricações e tantos escândalos provocou sua administração que logo caiu no desagrado real. [...] A proporção que

Building the way

sua ação ia se fazendo sentir, mais se patenteavam as prevaricações praticadas, não só pelos agentes fiscais, como pelas próprias autoridades judiciárias. Fora deplorável esse período que levava a capitania a tamanha desmoralização que do reino teriam de partir, como veremos, remédios extremos e enérgicos, para restaurar a moralidade administrativa (NATAL E SILVA, 2002, p. 206 e 208)

159

Na obra de Natal e Silva, os indivíduos livres de camadas sociais menos privilegiadas, bem como os escravos, pouquíssimas vezes aparecem nas linhas narrativas tecidas pelo “jurista-historiador”. Como diria o mestre José Honório Rodrigues, trata-se de uma história ausente de povo, que se concentrou na experiência histórica de uma elite que viveu em Goiás (à exceção dos índios). Dentro desse olhar enviesado por inquietações com a política, os elementos sociais que figuraram, continuamente, na narrativa de Natal e Silva, tratavam-se de autoridades políticas, membros do clero, funcionários públicos, conquistadores e/ou exploradores de renome e, em muitas passagens, os indígenas que habitaram o território goiano.

Com relação à temática indígena, essa obra de Colemar apresenta uma particularidade se comparada aos textos de Americano e Artiaga que analisamos. No transcorrer de quase todo seu exercício retrospectivo, condenou as ofensivas dos conquistadores e as tentativas de civilização forçada dos nativos, numa modulação normativa próxima a de Alencastre. Sua singularidade, entretanto, consiste na confecção de um capítulo dedicado, especificamente, aos índios. Nele, o autor analisou as fases de conquista e catequese a que foram submetidos; examinou os dispositivos jurídicos criados, historicamente, para a proteção dos índios, mas que foram atravessados por outras medidas permissivas ou pela crueldade dos exploradores; descreveu, a partir de um texto em francês de Saint-Hilaire, alguns costumes indígenas e, derradeiramente, aproximou-se de questões de seu presente (décadas de 1910 e 1920) ao discutir a fundação do Serviço de Proteção aos Índios em Goiás.

Natal e Silva: uma “historiografia autodidata” em Goiás

Colemar Natal e Silva pertencia a um círculo de intelectuais goianos que foram formados nos quadros da Escola Militar da Praia Vermelha ou nas Faculdades de Medicina e de Direito do Rio de Janeiro. Sendo assim, vivenciou toda a onda

Building the way

cientificista que grassou nessas instituições em fins do século XIX e início do XX. Além disso, assistiu aos debates irrompidos naquela quadra acerca da constituição de uma nação moderna e sobre os papéis do litoral e do sertão na formação de uma identidade genuinamente brasileira. Goiano de nascimento, ele e outros intelectuais conterrâneos, como Americano do Brasil, Hugo de Carvalho Ramos, Zoroastro Artiaga, entre outros, convergiram em torno de um empreendimento que se voltava para demonstrar o papel que o sertão poderia exercer no desenvolvimento da nação. E esse projeto acabou ganhando materialidade discursiva por meio da confecção da revista “A Informação Goyana”, periódico editado no Rio de Janeiro, entre os anos de 1917 e 1935, e que era dedicado à divulgação das potencialidades econômicas e das particularidades histórico-culturais de Goiás.

Esse ardor pela efetiva integração de Goiás ao projeto de nação moderna que se desenhava naquele momento também passava, necessariamente, pela valorização de sua história. Nesse sentido, alguns desses intelectuais, aos quais denomino de “historiadores autodidatas” se dedicaram à escrita da história de seu estado natal, no entanto, tratava-se da elaboração de textos que, no seu interior, abrigava o anseio por encontrar no passado, rastros, traços que fundamentassem determinadas marcas identitárias da região. Com efeito, esses historiadores empreenderam uma relação com o passado impregnada pelo desejo de afirmação de uma memória e de uma identidade regional. Produziram, então, uma escrita da história em que se buscava resgatar do passado eventos marcantes, feitos importantes, personagens de vulto e condutas exemplares (ocorridas na história política da região) que funcionassem como espelho para a constituição de uma dada “goianidade”; esta entendida como um modo de viver caracterizado pelo amor à Goiás, pela defesa do território e dos interesses regionais, pelo zelo às “tradições” e pela impressão de um sentido ético-político ao agir dos goianos que, à semelhança “desses grandes homens do passado”, contribuiriam para o desenvolvimento da região. Como pode se notar, não consistia numa tentativa de conformação da identidade regional preocupada em desenhar uma fisionomia cultural dos goianos, e sim de um empreendimento de natureza, eminentemente, ético-política, na medida em que apresentava fenômenos pretéritos, comportamentos e modelos de condutas exemplares deveriam ser resgatados da experiência histórica regional.

Building the way

Na esteira de um modelo de historiografia irrequieto por demarcar acontecimentos marcantes, personagens de vulto, grandes feitos singulares do “passado goiano”, Natal e Silva procurou situar, assim como Americano e Artiaga, marcos fundantes para a história de Goiás, buscando desvendar quando e como teria sido seu “descobrimento”, além de assinalar a quem se deve essa primazia:

161

Uma das maiores dificuldades, que na elaboração da nossa história, possa se deparar ao historiador, é, inicialmente, a de saber, com absoluta certeza, quando se deu o descobrimento de Goiás. (....) Não foi o arrojado paulista Bartholomeu Bueno da Silva, - o Anhanguera – o primeiro a penetrar os vastos sertões de Goiás. [...] E Manoel Correia, sertanista de conhecida fama, presume-se, o primeiro que, à busca de ouro, cuja quantidade se anunciava muito grande, rumou a Goiás, por onde, à procura do gentio, em serviço de catequese, em 1625, teriam andado os jesuítas (NATAL E SILVA, 2002, p. 109 e 110)

Narrando fatos relacionados à história política de seu estado, Colemar, repetidas vezes, buscou captar desses acontecimentos pretéritos, alguns feitos, comportamentos, personalidades ou eventos que deveriam não só ser lembrados pela posteridade, mas também que se constituíssem em exemplos de ação no presente e no futuro. A presença desse princípio exemplar e orientador, na maior parte das passagens desse texto, vinha carregada de conteúdo identitário:

Nas páginas mais empolgantes da história humana, há lugar para muitas mulheres que o amor, a bravura, a dedicação ou o heroísmo imortalizado por seus feitos e por suas glórias. Dentre eles um pertence, indiscutivelmente a neta do Cacique Angroho-chá – Damiana da Cunha. [...] A justiça exige da história uma página de honra para esta heroína, cujo nome Goiás disputou como uma glória sagrada. [...] Se, como bem se fez lembrar não teve cetros, e não foi rainha, não escreveu livros imortais, nada descobriu, não empolgou pelo brilho do espírito ou pela natureza da cultura, não venceu pelas armas, ou não trocou os filhos pela glória de uma batalha – fez muito mais do que tudo isso: teceu uma coroa cuja riqueza o tempo, pela história só tem feito aumentar, relembrando que pelo amor e pelo coração ela descobriu para milhares de espíritos o mundo moral, e fez com que a mão selvagem que só erguia para roubar ou assassinar, deixasse cair o punha sanguinolento e apertasse a mão do civilizado, agora humano e amigo, para a imensa obra da confraternização. Damiana da Cunha [foi batizada pelo governador Tristão da Cunha] é o símbolo mais perfeito da mulher goiana (NATAL E SILVA, 2002, p. 295-299)

Nesse trecho, é possível encontrar uma atipicidade no texto de Natal e Silva se comparado aos outros estudiosos dessa historiografia autodidata. Embora as

Building the way

narrativas dessa produção historiográfica se concentrem, preponderantemente, no estudo de experiências históricas das elites goianas, Natal e Silva realçou as experiências pretéritas de uma personagem histórica singular: Damiana da Cunha, mulher e índia, ou seja, sujeitos que eram ocultados, geralmente, dessa história baseada em fontes oficiais.

A semântica histórica da experiência de Koselleck e um projeto de identidade regional

É possível perceber que no texto *História de Goiás*, de Colemar Natal e Silva, há um claro exercício de conformação da identidade regional a partir da construção de uma narrativa repleta de conteúdo exemplar e orientador. Em muitas passagens em que avistei a impressão do princípio da exemplaridade, sua utilização vinha acompanhada de julgamentos morais. Tais sentenças normativas, comumente, atribuíam uma positividade ou negatividade a determinados fenômenos, atitudes, comportamentos de sujeitos históricos ou a atos administrativos do passado. Essas apreciações, cujo um dos escopos era o de eternizar certos nomes, feitos e condutas, muitas vezes, mostravam-se preches de sentido pedagógico, na medida em que se apresentavam não só alguns *exemplum vitae* que poderiam orientar o agir dos goianos no presente e no futuro, assim como contra-exemplos que seriam recordados para tornar notórias experiências que foram nocivas à história de Goiás, evidenciando modelos de conduta que não deveriam ser imitados por seus conterrâneos.

Na escrita de Colemar Natal e Silva, essa dinâmica discursiva, repleta de exemplaridade e de julgamentos morais, também encerrava um sentido pedagógico. Do mesmo modo, muitas foram as avaliações pronunciadas sobre atitudes pessoais e atos administrativos considerados salutareos ou nefastos à história goiana. Sem falar nas várias apreciações morais dirigidas a comportamentos e à personalidade de alguns sujeitos históricos⁷. Em nosso ponto de vista, a reunião dessas estratégias discursivas revela a existência de um olhar histórico que enxerga o passado a partir de seus vínculos nativos e que, por outro lado, abriga o anseio por mobilizar certas

⁷ Essas ações humanas comportam um sentido unificador e abrigam um conteúdo orientador, mas tratam-se, preponderantemente, de experiências da elite, à exceção do exemplo da índia Damiana da Cunha trazido por Natal e Silva e Zoroastro Artiaga.

Building the way

experiências históricas e exemplos de conduta que fossem coerentes a um projeto de memória regional e a um determinado contorno identitário pretendido:

Para justificar árduas pesquisas em sua vida, Goiás, possui, em sua história, muitas páginas de glória e de exemplo. Não vai só o nosso dever em conhecê-las. Temos obrigação de divulgá-las. [...] Que sejam os Goianos os primeiros a traçá-la, como obreiros de sua própria grandeza, para que mais tarde pela vastidão infinita do futuro adentro, a voz dos séculos vá repetindo pela eternidade afora: - foram dignos da terra em que nasceram, e o sol que lhes aqueceu o berço, na infância – dourou-lhes a fronte, na virilidade (NATAL E SILVA, 2002, p. 32)

[...]

Algumas palavras sobre D. João Manoel. Manda a verdade histórica, através de todos fatos que acabamos de narrar, e desenrolar por sua administração ou sob ela, que se lhe consagre a memória como a de um dos maiores benfeitores da Capitania de Goiás (NATAL E SILVA, 2002, p. 230)

[...]

Assim terminou a administração de D. José de Vasconcellos assinalando os seus quase seis anos de governo, uma base majestosa, construída com carinho e convicção, para nele assentar-se futuramente toda a grandeza de Goiás (NATAL E SILVA, 2002, p. 336)

[...]

Tristão da Cunha era um homem de má consciência de pouco espírito de justiça, das primeiras impressões e de uma grande versatilidade de caráter: era um homem perigoso! Não é possível que a história encontre, no fundo desse julgamento, algum resíduo de paixão. É natural. Mas os fatos isolados e cuidadosamente analisados, pela curiosidade fria do pósteros, deixam ver que houve mesmo abusos inqualificáveis da parte do Governador Tristão da Cunha (NATAL E SILVA, 2002, p. 380)

Em meio a esta temática que estamos envolvidos, qual seja, a relação entre escrita da História e identidades, é que se torna possível perceber o quanto essa relação (escrita da história e identidades) pode ser compreendida a partir da chamada “semântica histórica da experiência” de Reinardt Koselleck (2006). Representada pelas categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, a “semântica histórica da experiência” é um importante operador teórico para se entender como esse historiador ordenou o tempo histórico em suas narrativas. Ao fitar os fenômenos pretéritos com “lentes” específicas, acabou por estabelecer a relação entre um determinado passado “a ser resgatado” com um determinado futuro “esperado”, ou como diria Koselleck, entre “experiência” e “expectativa”. Nesse sentido, verifica-se como “em um determinado presente, a dimensão temporal do passado entra em

Building the way

relação de reciprocidade com a dimensão temporal do futuro” (KOSELLECK, 2006, p. 15).

Conferindo valor positivo a várias circunstâncias históricas, comportamentos humanos e atos administrativos relacionados ao “passado goiano”, Natal e Silva externou o anseio por lembrar e reforçar determinadas situações pretéritas e exemplos de conduta que fossem típicos daqueles que “amaram Goiás” ou que, pelo menos, fizeram algo pelo engrandecimento da região. O ato de recordar e registrar determinados eventos históricos por meio de uma narrativa plena de adjetivações e de elementos normativos denota o esforço por eternizar nomes, imortalizar certos feitos e de fixar modelos de agir que se tornassem característicos de uma identidade regional que se pretendia constituir.

Do mesmo modo, quando valorou negativamente certas condutas e acontecimentos históricos, esse cultor do “passado goiano” procurou também revolver experiências pretéritas que funcionassem como contra-exemplos para os goianos do presente e das gerações vindouras. Nesse caso, tratava-se de recordar e tornar notórias experiências que foram nocivas à história de Goiás, evidenciando comportamentos e condutas que não deveriam ser imitados por seus conterrâneos do presente e da posteridade.

Um caso exemplar para se compreender a relação entre esse “passado a ser lembrado” e um determinado “futuro esperado” diz respeito às menções feitas à obra de Pedro Ludovico. É nítida a busca por monumentalizar os feitos de Ludovico e por estabelecer uma nova temporalidade para Goiás fixando a Revolução de 1930 e a construção de Goiânia como eventos inauguradores de um novo tempo para a região. Aqui, é importante não perder de vista que Colemar Natal e Silva teve uma relação de proximidades política e ideológica com Pedro Ludovico. E esses vínculos com os vitoriosos na Revolução de 1930 e, posteriormente, com as diretrizes do Estado Novo em Goiás, certamente, indicam-nos o porquê, nesse projeto de memória regional e de constituição de uma identidade goiana, a “recente” obra ludoviquista deveria ser incluída.

Em Colemar Natal e Silva, esse esforço por inclusão dos feitos de Ludovico extrapola o conteúdo narrado em *História de Goiás*. Mas, embora finde esse texto relatando acontecimentos ocorridos no início do século XIX, ele dedicou a obra, dentre outras pessoas, a Pedro Ludovico, a “figura máxima da Revolução no Brasil Central”.

Building the way

165

Ao nos defrontarmos com outros escritos e pronunciamentos de Natal e Silva, nota-se também o anseio por monumentalizar as proezas políticas de Ludovico e de elevar Goiânia a símbolo da modernidade e do progresso vivido em Goiás durante os anos 30 e 40. Por meio de uma estratégia discursiva que intentou fixar a construção de Goiânia, a transferência da capital e o Batismo Cultural da cidade em emblemas máximos de um novo tempo que os goianos passaram a vivenciar depois que Pedro Ludovico, o “novo Bartolomeu Bueno”, tomou as rédeas do estado. No interior dessa formulação política, cultural e temporal, Goiânia se converteu em depositária do progresso material, em esperança no futuro do estado; à cidade de Goiás, antiga capital, ficou garantida a reputação de local das tradições, urbe que abriga as glórias de um passado que não deveria ser esquecido.

Na entonação discursiva que ele e outros “historiadores autodidatas”, como Zoroastro Artiaga, impuseram a suas narrativas, presente e passado se fundiriam para prenunciar um futuro promissor. Em meio ao deslumbre com as conquistas da contemporaneidade goiana e os auspícios de desenvolvimento, a instalação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e a atuação dos intelectuais ligados a seus quadros (no qual eles se incluem) garantiriam que os louros do passado, as tradições de Goiás, não fossem esvaecidas no interior desse projeto. Dispondo seus cabedais intelectivos, esses cultores de Clio buscaram não só narrar sua(s) história(s) de Goiás, mas também vasculharam, sobretudo no passado colonial e imperial da região, nomes de vulto, experiências pessoais, atos administrativos, eventos históricos que funcionassem como referências para essa goianidade que traziam como refrão: o amor à Goiás, o zelo pelas tradições dessa terra, a probidade na defesa dos interesses coestaduanos e o empenho pela integração do estado e promoção de seu desenvolvimento. Mas não só o passado longínquo foi historiado para a conformação desse empreendimento identitário. Modulados ao discurso dos vitoriosos na revolução, harmonizados à ótica triunfante, esses intelectuais fundaram, em conjunto com o poder estabelecido, uma nova historicidade para Goiás, que acabou sendo encampada pela historiografia regional: a representação da história goiana na Primeira República como período de atraso, o “tempo velho” das oligarquias, que contrasta com a realidade de Goiás nos anos 1930, o “tempo novo”, de Pedro Ludovico, da jovem capital Goiânia e da modernidade nascente para os goianos.

Building the way
Considerações finais

Com vistas à afirmação de sua(s) identidade(s), os seres humanos recorrem, continuamente, à história, à literatura ou a outras expressões culturais humanas. Resgatando do passado, dos costumes ou da cultura certas peculiaridades políticas, sociais ou simbólicas, apegando-se em determinadas experiências partilhadas, intentam garantir uma unidade entre seus entes constituintes, criar um sentimento de pertença e, ao mesmo tempo, dar legitimidade à identidade que se reivindica. Sendo assim, nesse processo de construção ou de consolidação de identidade(s), frequentemente, o passado acaba sendo “(re)descoberto”, “(re)visitado”, na tentativa de validar certas experiências, significados e valores como típicos desse agrupamento que se pretende abranger. No caso dos historiadores goianos, como Americano do Brasil, Colemar Natal e Silva e Zoroastro Artiaga, é possível encontrar esforços dessa natureza, qual seja, o de estabelecer os vínculos dos goianos com o passado na tentativa de se desenhar uma nova conformação da identidade regional.

Ao enveredar pelos textos de historiadores dessa fase que denomino de “produção histórica autodidata em Goiás”, e que Colemar Natal e Silva faz parte, percebe-se que; a despeito de todo o enfoque dirigido à esfera metodológica do conhecimento histórico, manifestado em uma concepção historiográfica que acreditava na possibilidade de atingir à “verdade dos fatos” e consistente numa formulação narrativa preocupada expor as informações extraídas da documentação histórica; o fazer histórico desses goianos esteve marcado, especialmente, pela tentativa de imprimir um conteúdo orientador. No interior de narrativas episódicas, cronológicas, fitadas em eventos político-administrativos, caracterizadas por sínteses predispostas a emprestar sentido à história de região, havia o anseio pela reconfiguração da memória histórica regional e por forjar uma determinada “identidade goiana”. Mas é preciso sublinhar que, diferentemente da fisionomia cultural dos goianos desenhada por Teles, tratava-se de um empreendimento identitário de natureza, eminentemente, ético-política.

Considerando a perspectiva historiográfica absorvida por esses historiadores, assentada no registro de fenômenos políticos pretéritos; tomando-se em conta tratar-se de homens ligados à administração pública ou à legislatura,

Building the way

pertencentes a uma elite intelectual; e considerando ainda o fato de que se engajaram num projeto político sequioso por integrar o estado à nação, dentre os muitos fenômenos do passado narrados por eles, os que mereciam maior ênfase eram aqueles que deveriam ser resgatados, lembrados e emulados pelos goianos do presente e da posteridade. Tratava-se de eventos marcantes, feitos importantes, personagens de vulto e condutas exemplares, ocorridas na história política da região, e que funcionariam como espelho para a constituição de uma dada identidade regional: um modo de viver caracterizado pelo amor à terra natal, pela defesa do território e dos interesses regionais, pelo zelo às “tradições” e pela impressão de um sentido ético-político ao “agir dos goianos” que, *ad instar* “dos grandes homens do passado”, respeitariam essa terra e contribuiriam para o desenvolvimento da região.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José Martins P. de. Annaes da Provincia de Goyaz. *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XXVII, 2ª parte, 3º Trimestre, p. 05-186, 4º Trimestre, p. 299-349, 1864 e Tomo XXVIII, 2ª parte, 3º Trimestre, p. 05-167, 1865.

ARTIAGA, Zoroastro. *Contribuição para história de Goiaz*. Uberaba: Gráfica Triângulo, 1947.

_____. *História de Goiás: síntese dos acontecimentos da política e da administração pública de Goiás, de 1592 a 1935 (tomo I)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1959.

_____. *História de Goiás: relato de acontecimentos históricos goianos de 1592 a 1946 (tomo II)*. Goiânia: s.n, 1961.

BRASIL, A. Americano do. Cunha Mattos em Goiás – 1823-1826. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 96, vol. 150, 1924, p. 177-253.

_____. *Súmula de História de Goiás*. 2ª Ed. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1961.

_____. *Pela história de Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1980 (Coleção Documentos Goianos).

KOSELLECK, R. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

Building the way

NATAL E SILVA, Colemar. *História de Goiás*. 3ª ed. Goiânia: IGL, 2002.

OLIVAL, Moema de C. e Silva. *Centenário de Colemar Natal e Silva (1907-2007)*. Goiânia: Kelps, 2007

SANDES, Noé F. *A Invenção da Nação: Entre a Monarquia e a República*. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.

TELES, José M. *Dicionário do escritor goiano*. Goiânia: Ed. UBE/GO, 1999.

_____. Depoimento de José Mendonça Teles Presidente *ad vitam* do IHGG por ocasião do centenário de Colemar Natal e Silva. In: OLIVAL, Moema de C. e Silva. *Centenário de Colemar Natal e Silva (1907-2007)*. Goiânia: Kelps, 2007, p. 15.